

ATA DA REUNIÃO DE 24.10.2017

**ATA N.º 19/2017**

**A**os vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Periodicidade das reuniões ordinárias; **1.2.** Delegação de competências; **1.3.** Vereadores em regime de tempo inteiro; **1.4.** Constituição e utilização de fundos de maneo; **1.5.** Nomeação de representantes do Município em Empresas ou Entidades em que o mesmo detém capital social ou equiparado; **1.6.** Nomeação de representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Sul; **1.7.** Ratificação de despachos do Sr. Presidente no período de gestão limitada; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.**-----

**--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----**

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e quarenta minutos. -----

**--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

**--- 1. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**

--- O Presidente da Câmara começou por saudar todos os Vereadores eleitos, dando as boas-vindas e desejando um bom mandato para todos e para o Concelho de Mafra. ----

--- De seguida, deu nota dos eventos realizados no Concelho: no dia 1 de outubro, às 16h00, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, o concerto a seis órgãos; no dia 5 de outubro, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, o concerto de comemoração do Dia Internacional da Música – SOLinSI; nos dias 7 e 8 de outubro: - o Campeonato Nacional de Surf Masters, na Ribeira d’Ilhas; - a Corrida solidária - 300 anos/ 300 kms, no Palácio Nacional de Mafra; no dia 9 de outubro, a inauguração da Unidade de Saúde Mafra Leste, na Malveira; no dia 14 de outubro: - na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Guitarras, com o Concerto de Manuel de Oliveira; - a 13.ª edição da Marcha dos Fortes, com partida junto ao Palácio Nacional de Mafra; - Passeio e visita guiada à Aldeia de Broas “A memória das pedras”, em Cheleiros; no dia 21 de outubro, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra: - “*Vamos servir o Rei*”, por ocasião do aniversário de D. João V, com diversos restaurantes participantes do Concelho de Mafra; - Gala de Ópera, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra; no dia 22 de outubro, em Mafra, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra: - o Trail da Real Tapada; - pelas 11h30, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, a Missa presidida por Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, por ocasião da Sagração da Basílica; - a Conferência “*As lunetas de Mafra, entre Matéria e Mensagem*”, no Palácio Nacional de Mafra; a apresentação da obra MAFRA SACRA – Memória e Património Real e Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento de Mafra, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra. -----

--- Informou, ainda, sobre os próximos eventos: no dia 27 de outubro, pelas 17h30, na Sala de Diana do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra, *Mafra ao fim da tarde* – Conversas “Ferramentas e materiais de construção” – Moderação de José Medeiros; nos dias 28 e 29 de outubro, o Campeonato Nacional Surf Esperanças, na praia de Ribeira d’Ilhas; nos dias 30 e 31 de outubro, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, o I Congresso de Justiça Restaurativa da Família e das Crianças; no dia 3 de novembro, a partir das 15h30, na praia de Ribeira d’Ilhas, a 2.ª Conferência de Turismo *Outdoor*; no dia 4 de novembro, pelas 14h30, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do Tricentenário do Real Edifício de Mafra, a Missa Pontifical, acompanhada a 6 órgãos e cantada pelo Instituto Gregoriano de Lisboa; nos dias 4 e 5

## ATA DA REUNIÃO DE 24.10.2017

de novembro, na praia de Ribeira d'Ilhas, a *Surf Summit*; no dia 5 de novembro, pelas 16h00, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do Tricentenário do Real Edifício de Mafra, o concerto a seis órgãos; no dia 9 de novembro, às 10h00, no Palácio Nacional de Mafra, o Colóquio "Em torno do Monumento"; no dia 11 de novembro, pelas 21h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Guitarras, com o concerto de Pedro Mestre & Viola Campaniça. -----

--- **DO SENHOR VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- Interveio, de seguida, o Vereador Rogério Costa, manifestando satisfação por integrar o Executivo Municipal. Mais referiu que, sendo um apaixonado por Mafra, não quer deixar de participar, como sempre tem feito até aqui, nos seus deveres locais para que o Concelho cresça e que seja ainda mais bonito. Por fim, dirigiu um cumprimento especial aos trabalhadores municipais, desejando um bom trabalho a todos. -----

--- **DO SENHOR VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos felicitou os eleitos do PPD/PSD pela vitória alcançada, no dia 1 de outubro, nas eleições autárquicas, as quais constituíram um ato democrático, tendo a população do Concelho de Mafra escolhido o PSD para governar: quem ama a liberdade e a democracia só tem que aceitar. Acrescentou que os Vereadores eleitos pelo PSD têm a maioria e a responsabilidade de governar para todos aqueles que votaram em si, mas também para aqueles que votaram em todos os outros partidos e, ainda, para aqueles que nem sequer foram exercer o seu direito fundamental. Declarou, ainda, que a responsabilidade do Partido Socialista, aqui representado pelos dois Vereadores, é a de trabalhar para todos aqueles que votaram neste partido, pois ao fazê-lo tinham um projeto diferente para o Concelho. Mais declarou que não deixará de trabalhar para quem votou no Partido Socialista, sempre pensando que quem votou neste partido o fez porque acreditou nas suas ideias. Como os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista não têm a capacidade de governar neste Executivo, e como não basta falar é preciso também concretizar, e infelizmente não irão conseguir fazê-lo, entre o falar e concretizar existe uma posição intermédia que é agir e fiscalizar e é nessa perspetiva que, enquanto Vereador eleito, estará aqui para fiscalizar e para agir dentro das suas competências. Por fim, desejou aos novos Vereadores a melhor sorte do

mundo e que trabalhem para o Concelho. -----

**--- DO VICE-PRESIDENTE JOAQUIM SARDINHA: -----**

--- O Vice-Presidente Joaquim Sardinha felicitou todos os eleitos. Sublinhou que tal decorreu do exercício de um direito alienável do povo que se expressou no ato eleitoral, pelo que têm a responsabilidade de dar cumprimento a essa vontade, esperando que, da parte do Partido Socialista, haja responsabilidade, sobretudo nas decisões mais importantes, nos quais a unanimidade é desejável. -----

**--- DA VEREADORA ALDEVINA RODRIGUES: -----**

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues declarou que é uma honra poder integrar, mais uma vez, este Executivo Municipal, fazendo-o com total disponibilidade para cumprir, com responsabilidade, as funções que lhe foram atribuídas, trabalhando em prol das nossas gentes e pela nossa terra para que este seja um Concelho cada vez mais aprazível, onde as pessoas vivem com bem-estar e qualidade de vida. Disse, ainda, estar disponível para ouvir todas as opiniões, as quais serão todas muito válidas neste fórum. Dirigindo-se aos dois novos Vereadores, deu-lhes as boas vindas. -----

**--- DO VEREADOR HUGO MOREIRA LUÍS: -----**

--- O Vereador Hugo Moreira Luís referiu que a participação cívica levou à sua integração também na vida autárquica, sendo uma grande honra participar neste distinto órgão municipal. Tendo sido novamente eleito, e à semelhança do mandato anterior, declarou total disponibilidade para cumprir com as obrigações que lhe são confiadas e, consequentemente, zelar pela causa pública e pelo bem comum. -----

**--- DA VEREADORA CÉLIA BATALHA FERNANDES: -----**

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes felicitou a todos os que foram eleitos, dirigindo uma palavra especial aos novos Vereadores e esperando que este seja um mandato profícuo para as nossas gentes. Declarou que, a título pessoal, é uma grande honra integrar esta equipa que quer o melhor para o Concelho de Mafra, acrescentando que se sente com renovado empenho para fazer de Mafra um Concelho de gente feliz e realizada. -----

**--- DO VEREADOR ANTÓNIO FELGUEIRAS: -----**

--- O Vereador António Felgueiras referiu que é com muita honra que integra este Executivo Municipal, tendo presente que não se deve defraudar os que votaram, estando aqui para servir todos. -----

**--- DA VEREADORA LÚCIA BONIFÁCIO: -----**

## ATA DA REUNIÃO DE 24.10.2017

--- A Vereadora Lúcia Bonifácio declarou que foi uma honra ser eleita e poder integrar este Executivo, pelo que é com muito gosto que irá exercer as suas funções, na defesa das nossas gentes e da nossa terra, esperando não defraudar as perspetivas. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente associou-se a estes votos, desejando bom trabalho. -----

--- **VOTO DE PESAR PELO FLAGELO DOS INCÊNDIOS:** -----

--- O Presidente propôs um voto de pesar, na sequência dos incêndios que voltaram a assolar Portugal no dia 15 de outubro de 2017, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo I). -----

--- O Vereador Rogério Costa declarou que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista se solidarizavam totalmente com o voto de pesar. -----

--- Nesta conformidade, e associando-se à consternação vivida no nosso país, o Município de Mafra expressou, por unanimidade, um sentido voto de pesar: *às famílias das vítimas, para que encontrem a paz perante tão grande perda; aos feridos, para que recuperem rápida e completamente; e aos cidadãos que perderam os seus bens, para que não percam também a esperança.* -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente deu a palavra à Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças para fazer o ponto de situação sobre o processo de resgate e reversão do serviço de águas e saneamento. -----

--- **DA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:** -----

--- No uso da palavra, a Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, Ana Viana, expôs que, relativamente ao resgate, o Tribunal de Contas entendeu que, como ainda não estava quantificado com absoluto rigor qual era o valor que o Município iria pagar à concessionária, não estavam reunidos os requisitos que lhe permitissem avaliar a concessão do empréstimo. Por outro lado, relativamente à declaração de nulidade do contrato, entendeu que essa despesa, apesar de ser um investimento, é um investimento passado, razão pela qual considera que não se pode contrair um empréstimo para pagar investimentos passados. -----

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

--- Face à resposta do Tribunal de Contas, o Presidente deu indicação de que está a ser preparada a devida documentação, com vista a que o assunto seja submetido novamente à Câmara e à Assembleia Municipal. -----

**--- DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS: -----**

--- Em relação aos incêndios ocorridos no Concelho de Mafra, o Vereador Sérgio Santos referiu que, na página da Câmara Municipal, vem referido que não existiu fogo em nenhuma habitação. No entanto, constou-lhe que, na localidade de Santo Isidoro, tal se verificou, pelo que solicitou a sua confirmação. Acrescentou que, mais do que um voto de pesar que também é importante, importa saber que tipo de ajudas esta Câmara Municipal vai disponibilizar para esses munícipes. -----

--- Em relação ao que foi dito sobre a resposta do Tribunal de Contas, solicitou que lhe fizessem chegar uma cópia do ofício enviado por aquela entidade para que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista o possam analisar para que, quando se discutir qual o caminho a seguir, possam estar preparados para dar a sua opinião. -----

--- Informou, ainda, sobre o seu endereço de *e-mail* para o envio da documentação referente a cada reunião ou qualquer outro assunto, entregando para o efeito o respetivo documento. -----

--- Por último, em nome dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, entregou três requerimentos, ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, e artigo 4.º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os quais se anexam à presente ata e que dela fazem parte integrante, solicitando respetivamente:

- a entrega mensal (via *e-mail*) dos "Extratos bancários consolidados da Câmara Municipal de Mafra"; - a elaboração e entrega mensal dum relatório das despesas efetuadas com os "Ajustes Diretos e Ajustes Diretos Simplificados", da empresa municipal Giatul – Empresa Municipal para gestão de Infraestruturas, Atividades Turísticas e Lazer EM"; - as gravações áudio de todas as reuniões do executivo da Câmara Municipal de Mafra, a partir de 24 de outubro de 2017, bem como que tais transcrições sejam remetidas com a cópia das atas em questão (anexos II, III e IV). ---

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

--- Relativamente à questão sobre os incêndios, deu a palavra à Vereadora Aldevina Rodrigues para prestar esclarecimentos. -----

**--- DA VEREADORA ALDEVINA RODRIGUES: -----**

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues explicou que foi criado o Gabinete de Atendimento

## ATA DA REUNIÃO DE 24.10.2017



para Apoio aos Municípios que sofreram danos decorrentes dos Incêndios Florestais. Disse que, complementarmente, foi efetuado, desde a primeira hora, um trabalho de parceria com os Presidentes de Junta das áreas afetadas. Informou que, na sequência da criação do referido Gabinete, até à data se registaram seis pessoas que, na sua maioria, relataram danos em propriedades agrícolas, mas nada que ponha em causa a sua atividade profissional. Informou que essa é a informação que a Câmara Municipal tem, estando em articulação com a Segurança Social que está responsável por transmitir os dados aos diferentes ministérios. Em relação à localidade de Santo Isidoro, informou que as construções que sofreram danos não podem ser designadas de habitação, acrescentando que, desde a primeira hora, a Presidente da Junta de Freguesia comunicou, ao senhor que foi lesado, a existência do mencionado Gabinete. Num primeiro momento, este lesado não fez qualquer contacto, tendo-o efetuado num momento posterior. Nessa ocasião, a Câmara Municipal manifestou disponibilidade para o atender no dia e na hora, mas o senhor recusou e pediu atendimento para os dias subsequentes. Uma vez concretizado o atendimento, o senhor não pediu qualquer tipo de alojamento, porque tem a sua situação solucionada entre amigos, apenas solicitando apoio na reconstrução do edificado. No entanto, nos serviços municipais não consta que este edificado seja habitação, não dispondo de licença de utilização, pelo que está marcada para hoje uma reunião no sentido de dar uma resposta efetiva ao pedido efetuado. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente acrescentou que a situação está a ser acompanhada tanto pela Área de Ação Social como pela Proteção Civil. -----

--- Quanto ao pedido formulado, informou que disponibilizará cópia do ofício do Tribunal de Contas. -----

--- **DO VERADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos disse que salientou a falta de resposta da Câmara Municipal em matéria de alojamento de emergência. Assim, propôs que a Câmara Municipal disponibilizasse um ou dois apartamentos, atribuídos à Proteção Civil, para que em caso de necessidade funcionassem não como um espaço de alojamento

definitivo para aqueles que necessitem, mas de transição, recomendando que quanto mais brevemente se criar, melhor para a população de Mafra. -----

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

--- O Presidente respondeu que, apesar da intervenção ser oportuna, a Câmara Municipal possui apartamentos de emergência, tendo neste momento um vago, pelo que se fosse necessário, como já o foi noutras circunstâncias, estaria disponível. Ainda sobre a situação em Santo Isidoro, declarou que não se tratava de uma habitação e que a mesma não era morada do proprietário. -----

**--- II – ORDEM DO DIA: -----**

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

**--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----**

**--- 1.1. PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS: -----**

--- Presente, em anexo, proposta datada de 19 de outubro corrente, relativa ao assunto em epígrafe, subscrita pelo Presidente da Câmara (anexo V). -----

--- Atenta a proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do PS, nos termos do artigo 40.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que as reuniões ordinárias do executivo camarário tenham uma periodicidade quinzenal, realizando-se às sextas-feiras, pelas 9h30m, no Salão Nobre, do Edifício dos Paços do Concelho, sendo transferidas para o dia útil imediatamente a seguir, quando coincidam em dia feriado ou outro impedimento legal. Mais deliberou, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do mesmo diploma legal, que a reunião pública do Executivo Municipal seja a segunda reunião de cada mês e que a intervenção do público se efetue a partir das 10h30m. Deliberou, ainda, dispensar a leitura das atas das reuniões, quando o seu texto haja sido previamente distribuído pelos membros do Órgão Executivo que participaram nas reuniões a que as mesmas digam respeito, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**--- 1.2. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: -----**

--- Presente, em anexo, proposta datada de 19 de outubro corrente, relativa ao assunto em epígrafe, subscrita pelo Presidente da Câmara (anexo VI). -----



## ATA DA REUNIÃO DE 24.10.2017

--- Atenta a proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do PS, todas as delegações de competências na mesma elencadas no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação, nos termos gerais do artigo 44.º e seguintes do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo) e ao abrigo das normas especiais, respetivamente, do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado); dos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação); do artigo 109.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código dos Contratos Públicos); do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual (regulamentação do regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis); do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro (competências em matérias consultivas, informativas e de licenciamento de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis); do n.º 1 do artigo 2.º e do artigo 72.º do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas; dos n.ºs 3 e 4 do artigo 15.º (não aceitação de propostas de compensação em espécie) e dos n.ºs 1 e 7 do artigo 27.º (autorização do pagamento de taxas em prestações) do Regulamento de Taxas do Município de Maфра; do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 45.º do Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Maфра; do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento de Trânsito do Município de Maфра; do artigo 31.º do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Maфра e do artigo 81.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização. -----

--- Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação da competência no Presidente da Câmara prevista no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), para a autorização prévia de compromissos plurianuais,

independentemente da sua forma jurídica, nas situações em que o valor do compromisso plurianual seja inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ou seja, não exceda o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua assunção. ----

**--- 1.3. VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO: -----**

--- Presente, em anexo, proposta datada de 19 de outubro corrente, relativa ao assunto em epígrafe, subscrita pelo Presidente da Câmara (anexo VII). -----

--- O Vereador Sérgio Santos declarou que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista se iriam abster. Questionou, ainda, onde o Presidente iria instalar os dois novos Vereadores, uma vez que, anteriormente, não tinha mais espaço no edifício dos Paços do Concelho. -----

--- O Presidente esclareceu que os novos Vereadores vão ser instalados no edifício dos Paços do Concelho, mediante uma redistribuição e partilha do espaço com os outros Vereadores que se encontram em exercício. -----

--- O Vereador Sérgio Santos respondeu que, nesse caso, o Presidente não andou a dizer a verdade nos últimos quatro anos. -----

--- O Presidente discordou, declarando que, no seu entendimento, deve existir um espaço próprio para cada uma das forças políticas, o qual não havia no edifício dos Paços do Concelho. -----

--- Atenta a proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do PS, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, autorizar o regime de exercício de funções de mais 4 (quatro) Vereadores a tempo inteiro, fixando-se, por esta via, o número total de 6 (seis) Vereadores em regime de tempo inteiro. Deliberou, ainda, ao abrigo dos artigos 155.º e 156.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que a presente autorização produza efeitos desde 19 de outubro de 2017. -----

**--- 1.4. CONSTITUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO: -----**

--- Presente, em anexo, proposta subscrita em 23 de outubro corrente, pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra (anexo VIII). -----

## ATA DA REUNIÃO DE 24.10.2017



--- O Vereador Sérgio Santos declarou, quanto a esta matéria, o Partido Socialista entende que esta não é a melhor forma de governar e que demonstra pouca transparência. -----

--- O Presidente discordou, questionando qual era a autarquia que não tem fundos de maneiio. Mais questionou se a autarquia onde o Vereador Sérgio Santos trabalha também não tem fundos de maneiio. Esclareceu que a constituição de fundos de maneiio é uma prerrogativa legal para que haja flexibilidade e capacidade de resposta atempada, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. -----

--- Reconhecendo a necessidade de constituição de Fundos de Maneio para pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e os votos contra dos Vereadores do PS, nos termos do ponto 2.3.4.3. das Considerações Técnicas do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), constituir os Fundos de Maneio para o mandato 2017-2021 de acordo com a Proposta em apreço, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais. Mais deliberou que, tendo em consideração o ponto 2.9.10.1.11 das Considerações Técnicas do POCAL, a utilização dos Fundos de Maneio deve obedecer à Norma de Controlo Interno em vigor. -----

**--- 1.5. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO EM EMPRESAS OU ENTIDADES EM QUE O MESMO DETÉM CAPITAL SOCIAL OU EQUIPARADO: -----**

--- Presente, em anexo, proposta datada de 19 de outubro corrente, relativa ao assunto em epígrafe, subscrita pelo Presidente da Câmara (anexo IX). -----

--- O Vereador Sérgio Santos referiu não estar em condições de votar esta proposta, porque não foram cumpridos os requisitos mínimos legais no envio desta documentação, pelo que, na sua opinião, o ponto deve ser retirado. -----

--- O Presidente explicou que a informação foi enviada a tempo, mas que, posteriormente, se verificou que tinha existido um lapso no envio da mesma, embora as alterações fossem mínimas, pelo que apelou ao Vereador que reconsiderasse a sua posição, atendendo aos superiores interesses do Município que sempre soube defender. Deu a palavra à Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças para

mais esclarecimentos. -----

--- No uso da palavra, a Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, Ana Viana, assumiu o erro, declarando que, inicialmente, haviam duas versões do documento, sendo que foi distribuída a versão incorreta, lamentando a situação. -----

--- **INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA:** -----

-- O Vereador Sérgio Santos pediu que os trabalhos fossem suspensos para conversar com o Presidente, ao que o mesmo acedeu, dando cinco minutos de interrupção. -----

--- **RECOMEÇO DA REUNIÃO DE CÂMARA:** -----

--- Quando eram dez horas e trinta e cinco minutos, o Presidente reiniciou a reunião de Câmara. -----

--- O Vereador Sérgio Santos aceitou votar o ponto, atendendo ao que foi anteriormente explicado. -----

--- O Presidente registou com agrado a posição do Vereador, em prol da boa gestão e da celeridade dos processos. -----

--- A Câmara Municipal, considerando o disposto na alínea oo) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e atento o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, designadamente os seus artigos 26.º, n.º 2 e 56.º e seguintes, deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do PS, nomear como representantes do Município nas assembleias gerais e para o Conselho de Administração das empresas locais e como representantes nas restantes entidades nas quais o Município participa, independentemente de integrarem, ou não, o perímetro da administração local, os elementos elencados na proposta apresentada, a qual se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais. -----

--- **1.6. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE (ACES) OESTE SUL:** -----

--- Presente, em anexo, proposta datada de 19 de outubro corrente, relativa ao assunto em epígrafe, subscrita pelo Presidente da Câmara (anexo X). -----

--- Atenta a proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do PS, concordar com a mesma, indicando,

## ATA DA REUNIÃO DE 24.10.2017

consequentemente, o Presidente da Câmara Municipal como representante do Município no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Sul. Mais deliberou a sua substituição, pela Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues, nas faltas e impedimentos do Presidente. -----

**--- 1.7. RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NO PERÍODO DE GESTÃO LIMITADA: -----**

--- Presentes, em anexo, a informação 2017/14788, de 18 de outubro de 2017, prestada na Área de Licenciamentos Diversos da Divisão de Gestão Financeira e Património, que mereceu os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos de 19 de outubro de 2017; a informação 2017/14794, prestada na Divisão de Educação e Juventude, que mereceu os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos de 18 de outubro de 2017; e a informação 2017/14271, prestada em 6 de outubro de 2017, na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento da Divisão de Gestão Financeira e Património, que mereceu os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos de 6 de outubro de 2017, bem como o despacho de aprovação da pronúncia sobre erros e omissões de acordo com a análise plasmada na ata do júri do procedimento (Proc. N.º CPE 5/2017/DAGF/DGFP/ACPA), da mesma data, que instrui esta informação (anexo XI). --

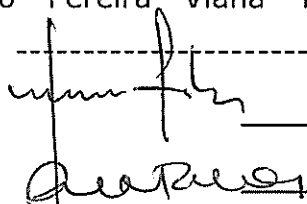
--- Atenta a documentação apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, considerando os fundamentos de facto e de direito invocadas, deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do PS, ratificar os atos administrativos praticados pelo Presidente da Câmara por delegação do órgão executivo colegial, bem como pelo Vice-Presidente em substituição do Presidente, no período de gestão, compreendido entre a realização de eleições e a tomada de posse dos novos órgãos eleitos. -----

**--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----**

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram dez horas e quarenta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----





### **VOTO DE PESAR**

O flagelo dos incêndios voltou a assolar Portugal no dia 15 de outubro de 2017, originando a perda de vidas humanas, a aflição das populações, a devastação da floresta e a perda de habitats e espécies animais.

O Serviço Municipal de Proteção Civil registou três incêndios de dimensões significativas que, no referido dia, deflagraram no Concelho de Mafra. Da avaliação entretanto efetuada, estima-se uma área ardida total de 360 hectares nos incêndios de Santo Isidoro, Vila Franca do Rosário/ Vila Pouca e Jerumelo/ Vale da Guarda, dos quais 85 hectares de floresta e os restantes de matos e restolho. Verificaram-se, ainda, alguns danos em infraestruturas de apoio à agricultura.

No rescaldo das operações, o Município de Mafra reitera o agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram a debelar os incêndios no Concelho de Mafra, nomeadamente o Comando Operacional Distrital de Proteção Civil, as Associações Humanitárias de Bombeiros, a Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, os Sapadores Florestais, as Forças de Segurança, as Autoridades de Saúde, a Segurança Social e as Forças Armadas, assim como endereça uma mensagem de reconhecimento às associações e instituições sociais locais, às empresas e aos munícipes que, no palco da tragédia, evidenciaram o seu espírito de solidariedade.

Associando-se à consternação vivida no nosso país, o Município de Mafra, através do seu Executivo hoje reunido, expressa um sentido voto de pesar: às famílias das vítimas, para que encontrem a paz perante tão grande perda; aos feridos, para que recuperem rápida e completamente; e aos cidadãos que perderam os seus bens, para que não percam também a esperança.

Mafra, 24 de outubro de 2017





## Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Mafra

### Requerimento

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista vêm solicitar, ao abrigo do disposto no artigo 5º número 1 e 2 da Lei 26/2016 de 22 de Agosto e 4º número 1 e 2 da Lei número 24/98, de 26 de Maio, que lhe seja entregue mensalmente (via E-mail) os “Extractos Bancários Consolidados da Câmara Municipal de Mafra”.

E.D.

Mafra, 23 de Outubro de 2017

O vereadores da Câmara Municipal de Mafra eleitos pelo Partido Socialista





## Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Mafra

### Requerimento

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista vêm solicitar, ao abrigo do disposto no artigo 5º número 1 e 2 da Lei 26/2016 de 22 de Agosto e 4º número 1 e 2 da Lei número 24/98, de 26 de Maio, seja elaborado e lhes seja entregue (via E-mail) mensalmente um relatório das despesas efectuadas com os “Ajustes Directos e Ajustes Directos Simplificados”, da empresa municipal GIATUL-Empresa Municipal para Gestão de Infra-estrutura, Actividades Turísticas e Lazer EM.

E.D.

Mafra, 24 de Outubro de 2017

O vereadores da Câmara Municipal de Mafra eleitos pelo Partido Socialista



## Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Mafra

### Requerimento

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista vêm solicitar, ao abrigo do disposto no artigo 5º número 1 e 2 da Lei 26/2016 de 22 de Agosto e 4º número 1 e 2 da Lei número 24/98, de 26 de Maio.

Pedido das gravações áudio de todas as reunião do executivo da Câmara Municipal Mafra, a partir data da recepção deste requerimento.

Para o efeito, tais transcrições deverão ser remetidas com a cópia das actas em questão.

### Fundamentação

- 1- As actas são instrumentos para memória futura.
- 2- As actas que devem ser documentos de cariz institucional, nas quais são transcritos os factos ocorridos em cada sessão.
- 3- As actas devem conter a súmula de cada intervenção, mas sem alterar o seu conteúdo ou objectivo, com rigor nas transcrições das várias intervenções efectuadas.

24-10-2017

E.D.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### PROPOSTA PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

Considerando o disposto no artigo 40.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeto ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta:

1. Que as reuniões ordinárias do Executivo Camarário tenham uma **periodicidade quinzenal**, realizando-se às **sextas-feiras**, pelas **09:30 horas**, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho;
2. Que quando o dia da reunião ordinária do Executivo Camarário coincida com dia feriado ou haja outro impedimento legal, a mesma tenha lugar no dia útil imediatamente seguinte, na hora e lugar indicados no número anterior;
3. Que nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a **reunião pública** do Executivo Municipal seja a **segunda reunião de cada mês** e que a **intervenção do público** se efetue **a partir das 10:30 horas**.
4. Que a Câmara **dispense a leitura das atas nas reuniões**, quando o seu texto haja sido previamente distribuído pelos membros do Órgão Executivo que participaram nas reuniões a que as mesmas digam respeito, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Paços do Município de Mafra, 19 de outubro de 2017

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****PROPOSTA****DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

✱

Considerando o novo mandato dos eleitos locais, resultante das recentes eleições autárquicas e a instalação da Câmara Municipal no dia 19 de outubro corrente;

Considerando que as delegações de competências têm como objetivo a desconcentração administrativa e a consequente racionalização do funcionamento dos órgãos autárquicos, na medida em que o seu exercício se traduz em verdadeiros poderes-deveres, isto é, poderes funcionais de que os referidos órgãos, delegante, delegado ou subdelegados, se servem para prosseguir as atribuições da pessoa coletiva Município de Mafra em ordem a realizar os fins propostos;

Considerando-se cumpridos os requisitos da delegação de poderes entre o órgão delegante – a Câmara Municipal, e o delegado – o Presidente da Câmara, e dado que a lei, *in casu*, o permite,

**PROPONHO AO ÓRGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO**, nos termos gerais do artigo 44.º e seguintes do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), e ao abrigo das normas especiais, respetivamente, do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado); dos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação); do artigo 109.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (Código dos Contratos Públicos); do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual (regulamentação do regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis); do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro (competências em matérias consultivas, informativas e de licenciamento de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis); do n.º 1 do artigo 2.º e do artigo

anexo VI



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

72.º do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas; dos n.ºs 3 e 4 do artigo 15.º (não aceitação de propostas de compensação em espécie) e dos n.ºs 1 e 7 do artigo 27.º (autorização do pagamento de taxas em prestações) do Regulamento de Taxas do Município de Mafra; do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 45.º do Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Mafra; do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra; do artigo 31.º do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Mafra e do artigo 81.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, **que me sejam delegadas, com faculdade de subdelegação, as competências próprias da Câmara Municipal** a seguir indicadas:

**1. As contempladas no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:**

**Artigo 33.º (Competências materiais), n.º 1, alíneas:**

**d)** Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;

**f)** Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, até ao montante de € 748.196,85 (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), no âmbito do disposto no artigo 109.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e com o n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e o Decreto-Lei n.º 136/2002, de 16 de maio;

**g)** Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;

**h)** Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

**l)** Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

- q)** Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- r)** Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- t)** Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- v)** Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- w)** Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- x)** Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- y)** Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- bb)** Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
- cc)** Alienar bens móveis;
- dd)** Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- ee)** Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- ff)** Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- gg)** Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

- ii)** Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- jj)** Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- kk)** Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- ll)** Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- mm)** Designar os representantes do município nos conselhos locais;
- nn)** Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- pp)** Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;
- qq)** Administrar o domínio público municipal;
- rr)** Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- ss)** Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
- tt)** Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- uu)** Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
- ww)** Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
- xx)** Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
- yy)** Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
- zz)** Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
- bbb)** Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **2. As contempladas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual:**

#### **Artigo 4.º, n.º 2, alíneas:**

- a)** As operações de loteamento;
- b)** As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- c)** As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;
- d)** As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- e)** Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;
- f)** As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução.

**Artigo 5.º, n.º 4** – A aprovação da informação prévia regulada no citado diploma legal.

**Artigo 116.º, n.ºs 2 a 4, conjugado com o artigo 117.º, n.º 2** – Autorização para o fracionamento do pagamento de taxas.

### **3. O licenciamento de operações urbanísticas abrangidas por legislação especial que remeta para o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, nomeadamente, pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua redação atual (Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos), pelo Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na sua redação atual (Instalações de Armazenamento de Produtos do Petróleo e Postos de Abastecimento de Combustíveis), pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual (Acesso e Exercício de Diversas Atividades de Comércio, Serviços e Restauração), pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto,**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

na sua redação (Sistema da Indústria Responsável) e pelo Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, na sua redação atual (Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e de Divertimentos Públicos).

4. As competências atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos à Câmara Municipal, nos termos do artigo 109.º do mesmo Código.
5. As competências referidas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual, de harmonia com o disposto no n.º 1 do seu artigo 3.º.
6. O licenciamento das várias atividades previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, que transferiu para as câmaras municipais as competências dos governos civis em matérias consultivas, informativas e de licenciamento.
7. As competências referidas no n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 72.º do Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas.
8. As competências referidas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 15.º (não aceitação de propostas de compensação em espécie) e os n.ºs 1 e 7 do artigo 27.º (autorização do pagamento de taxas em prestações) do Regulamento de Taxas do Município de Mafra.
9. As competências contempladas no n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 45.º do Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Mafra.
10. As competências previstas no n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra.
11. As competências contempladas no artigo 31.º do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Mafra.
12. As competências referidas no artigo 81.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.

**MAIS PROponho AO ÓRGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO** que delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação da competência no Presidente da Câmara, prevista no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**21 de fevereiro, na sua redação atual (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), para a autorização prévia de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, nas situações em que o valor do compromisso plurianual seja inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ou seja, não exceda o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua assunção.**

Paços do Município de Mafra, 19 de outubro de 2017

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****PROPOSTA****VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO**

Considerando a diversidade de atribuições e competências legalmente confiadas às autarquias locais e respetivos órgãos, designadamente as decorrentes do regime jurídico explanado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a qual patenteia a tendência progressiva para o alargamento das áreas de intervenção municipal;

Considerando que a assunção de tais atribuições e competências, integradoras do núcleo essencial do mandato autárquico, confiado aos responsáveis políticos da autarquia, exige a sua total disponibilidade e permanência para garantir, com o sucesso pretendido, a condução política dos processos correlacionados com as diversas áreas de intervenção municipal que estão sob a sua alçada ou responsabilidade;

Considerando que nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal, sob proposta do respetivo Presidente, fixar o número de Vereadores em regime de tempo inteiro, sempre que se pretenda ultrapassar o limite legalmente fixado, que no caso concreto do Município de Mafra se traduz na existência de dois vereadores em regime de tempo inteiro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do citado artigo 58.º,

**PROPONHO AO EXECUTIVO CAMARÁRIO:**

1. Que nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, **seja autorizado o regime de exercício de funções de mais 4 (quatro) Vereadores a Tempo Inteiro**, para além do limite *supra* descrito, fixando-se, por esta via, o seu **número total de 6 (seis) Vereadores a Tempo Inteiro**;
2. Que ao abrigo dos artigos 155.º e 156.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **a deliberação ora proposta produza efeitos a 19 de outubro de 2017.**

Paços do Município de Mafra, 19 de outubro de 2017

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

210

14

### PROPOSTA

✱

#### ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO

Reconhecendo a necessidade de constituição de fundos de maneo para pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, proponho que a Câmara autorize, nos termos do ponto 2.3.4.3. das Considerações Técnicas do POCAL, a constituição dos seguintes fundos de maneo para o mandato 2017-2021:

**Presidente da Câmara: €1 000,00 (mil euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0102	020211	Representação dos Serviços	900,00
0102	020121	Outros Bens	100,00

**Vice-Presidente e Vereadores a Tempo Inteiro, cada: €500,00 (quinhentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0102	020211	Representação dos Serviços	500,00

**Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças:  
€600,00 (seiscentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0102	020121	Outros Bens	200,00
0202	020225	Outros Serviços	400,00



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico: €800,00**  
**(oitocentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0401	020121	Outros Bens	350,00
0401	020225	Outros Serviços	100,00
0402	020121	Outros Bens	150,00
0403	020121	Outros Bens	200,00

**Diretor de Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente:**  
**€500,00 (quinhentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0301	020121	Outros Bens	500,00

**Chefe de Divisão de Segurança e Proteção Civil: €250,00 (duzentos e cinquenta euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
05	020121	Outros Bens	150,00
05	020225	Outros Serviços	100,00

**Trabalhador com funções de Coordenação nos Serviços Técnicos/Operacionais do Parque e Oficinas: €1 000,00 (mil euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0301	020121	Outros Bens	700,00
0301	020225	Outros Serviços	300,00

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Trabalhador com Funções de Coordenação na Área das Viaturas: €600,00 (seiscentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0301	020121	Outros Bens	350,00
0301	020225	Outros Serviços	250,00

**Trabalhadora com funções de Coordenação na Área dos Jardins: 500,00 (quinhentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor
0301	020121	Outros Bens	500,00

**Trabalhadora com funções de Coordenação do Gabinete de Sistema de Informação e Modernização Administrativa: 200,00 (duzentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor
0102	020121	Outros Bens	100,00
0102	020225	Outros Serviços	100,00

Tendo em consideração o ponto 2.9.10.1.11 das Considerações Técnicas do POCAL, as utilizações dos fundos de maneo devem obedecer à Norma de Controlo Interna em vigor.

Paços do Município de Mafra, 19 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder Sousa Silva)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****PROPOSTA****NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO EM EMPRESAS OU ENTIDADES EM QUE O MESMO DETÉM CAPITAL SOCIAL OU EQUIPARADO**

Nos termos da alínea oo) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal designar os seus representantes nas assembleias gerais das empresas locais, assim como os seus representantes em quaisquer outras entidades nas quais o Município participe, independentemente de integrarem, ou não, o perímetro da administração local.

Assim, **PROPONHO**, ao abrigo do citado preceito legal e do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, designadamente dos seus artigos 26.º, n.º 2 e 56.º e seguintes, **que a Câmara Municipal delibere no sentido de que os representantes do Município nas assembleias gerais das empresas locais e nas restante entidades nas quais o Município participa, independentemente de integrarem, ou não, o perímetro da administração local, sejam, respetivamente, os seguintes elementos:**

**GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E. M, S.A., NIPC 506874915:**

**Assembleia Geral:**

Hugo Manuel Moreira Luís (Vereador da Câmara Municipal).

Para o **Conselho de Administração**, os seguintes elementos:

**Presidente** – Hélder António Guerra de Sousa Silva (Presidente da Câmara Municipal);



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Administradores** – Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Câmara Municipal) e Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Vereadora da Câmara Municipal).

### **Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – AMTRES, NIPC 502026391:**

Hélder António Guerra de Sousa Silva (Presidente da Câmara Municipal) – membro por inerência, conforme o artigo 15.º dos Estatutos da AMTRES;

Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Câmara Municipal);

Hugo Manuel Moreira Luís (Vereador da Câmara Municipal).

### **AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás, NIPC 503322148:**

Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Câmara Municipal).

### **AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão de Água, NIPC 503875970:**

Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Câmara Municipal).

### **MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A., NIPC 505004232:**

#### **Assembleia Geral:**

Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho (Vereadora da Câmara Municipal).

Para o **Conselho de Administração**, os seguintes elementos:





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Presidente** – Hélder António Guerra de Sousa Silva (Presidente da Câmara Municipal);

**Administradores** – Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Câmara Municipal) e Hugo Manuel Moreira Luís (Vereador da Câmara Municipal).

**MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., NIPC 504475606:**

Aldevina Maria Machado Rodrigues (Vereadora da Câmara Municipal).

**TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CENTRO TURÍSTICO, CINEGÉTICO E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, NIPC 504295071:**

### **Assembleia Geral:**

Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho (Vereadora da Câmara Municipal).

Para a **Direção**, o seguinte elemento:

Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Vereadora da Câmara Municipal).

**A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, NIPC 513351353:**

Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Câmara Municipal).

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, NIPC 514247304:**

José António Paulo Felgueiras (Vereador da Câmara Municipal).

Paços do Município de Mafra, 19 de outubro de 2017

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****PROPOSTA****NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO  
AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE (ACES) OESTE SUL**

Considerando que ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Sul é composto, designadamente, por um representante indicado pelas câmaras municipais na área de atuação do ACES que preside, sem prejuízo dos membros do Conselho da Comunidade poderem ser substituídos, a todo o tempo, pelas entidades que os designaram, nos termos do n.º 2 do mesmo preceito legal;

Considerando o novo mandato dos eleitos locais, resultante das recentes eleições autárquicas e a instalação da Câmara Municipal no dia 19 de outubro corrente,

**PROPONHO AO EXECUTIVO CAMARÁRIO** que nomeie o Presidente da Câmara Municipal de Mafra para a representar no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Sul.

**MAIS PROPONHO** que, nas suas faltas e impedimentos, seja substituído, no mesmo Conselho da Comunidade, pela Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues.

Paços do Município de Mafra, 19 de outubro de 2017

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

217<sup>1.7</sup>**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER****DESPACHO**

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

*Concordo com a proposta  
superior.**19.10.2017**A Diretora de Departamento,  
concordo com a informação.  
Submeto à consideração superior.**19.10.2017*

A Chefe de Divisão,

*[Signature]**A reunião para  
ratificação**19.10.17*

O Presidente da Câmara,

*[Signature]*

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/14788****ASSUNTO: ATOS PRATICADOS EM PERÍODO DE GESTÃO**

- Considerando o período de gestão, nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto;
- Considerando que foram praticados atos de gestão corrente e inadiáveis, neste período, pelo Presidente da Câmara e Vice-Presidente (em sua substituição), no uso das competências delegadas pelo órgão executivo colegial;
- Considerando que os atos, decisões ou autorizações, instrumentais de atos decisórios, praticados pelo Presidente da Câmara recandidato e vencedor do ato eleitoral no uso da competência delegada pelo órgão executivo colegial ficam sujeitos a ratificação do novo órgão executivo, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

- Propõe-se que os despachos proferidos pelo Presidente da Câmara e pelo Vice-Presidente (em sua substituição), conforme listagem em anexo, relativos ao licenciamento de eventos de divertimento público e ocupação do domínio público ou privado municipal, sejam ratificados na próxima reunião de Câmara.

À Consideração Superior.

Mafra, 18 de outubro de 2017

Rita Cosme

Técnica Superior

*Duf*

**RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE GESTÃO**

04/10/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO RECREATIVO E CULTURAL DA ASSEICEIRA GRANDE	ISENTO	DEFERIDO
04/10/2017	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	GRUPO RECREATIVO E CULTURAL DA ASSEICEIRA GRANDE	ISENTO	DEFERIDO
04/10/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO RECREATIVO E CULTURAL DA ASSEICEIRA GRANDE	ISENTO	DEFERIDO
04/10/2017	AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE FOGO	GRUPO RECREATIVO E CULTURAL DA ASSEICEIRA GRANDE	ISENTO	DEFERIDO
04/10/2017	LICENÇA DE RECINTO DE DIVERSÃO PROVISÓRIA	PAULO AMÉRICO FERNANDES	32,01 €	DEFERIDO
04/10/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PAULO AMÉRICO FERNANDES	139,33 €	DEFERIDO
06/10/2017	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	AMIGOS DO ATLETISMO DE MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
06/10/2017	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	SOCIEDADE RECREATIVA DESPORTIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
06/10/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SOCIEDADE RECREATIVA DESPORTIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
06/10/2017	CORTE DE TRÂNSITO	GRUPO RECREATIVO E CULTURAL DA ASSEICEIRA GRANDE	ISENTO	DEFERIDO
13/10/2017	LICENÇA DE RECINTO ITINERANTE	CARLITOS UNIPessoal, LIMITADA (CIRCOLANDIA)	30,92 €	DEFERIDO
13/10/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CARLITOS UNIPessoal, LIMITADA (CIRCOLANDIA)	139,33 €	DEFERIDO

*2*

218

Sub

**RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EM SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE GESTÃO**

16/10/2017	MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM UMA ESPLANADA ABERTA, NA ERICEIRA	MARIA DO CÉU FERNANDES	-----	DEFERIDO
13/10/2017	PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE IMAGENS NO JARDIM DO CERCO , EM MAFRA	NEW VINTAGE PHOTO	ISENTO	DEFERIDO
11/10/2017	PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FILMAR NA FEIRA DA MALVEIRA	TVI	ISENTO	DEFERIDO
12/10/2017	PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE CARÁTER DESPORTIVO - "MARCHA DOS FORTES"	CLUBE DE ATIVIDADES DE AR LIVRE (CAAL) E CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA	-----	DEFERIDO
13/10/2017	PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA UMA SESSÃO FOTOGRÁFICA DE UM CATÁLOGO ALEMÃO, NA ERICEIRA	GABY CORRÊA PRODUCTIONS	ISENTO	DEFERIDO
13/10/2017	CORTE DE TRÂNSITO E LANÇAMENTO DE 500 BALÕES NA FESTA DA CRIANÇA, NA ACHADA	CATEQUESE DA ACHADA	ISENTO	DEFERIDO
13/10/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO DE MELHORAMENTOS CULTURA E DESPORTO DA ASSEICEIRA PEQUENA	ISENTO	DEFERIDO
13/10/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO DE MELHORAMENTOS CULTURA E DESPORTO DA ASSEICEIRA PEQUENA	ISENTO	DEFERIDO
13/10/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SEMPRE AO RUBRO GYM,CLUBE DE FITNESS E BEM ESTAR	15,63 €	DEFERIDO
13/10/2017	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	SEMPRE AO RUBRO GYM,CLUBE DE FITNESS E BEM ESTAR	15,29 €	DEFERIDO
13/10/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SEMPRE AO RUBRO GYM,CLUBE DE FITNESS E BEM ESTAR	139,33 €	DEFERIDO



213

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER****DESPACHO**

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que  
o assunto seja objecto de  
deliberações pelo órgão  
executivo.

18/10/2017

...../...../..... *Mapzabel*

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo e visto a informação  
cal.

18/10/2017

...../...../..... *Mauro de S.*

O(A) Chefe de Divisão

A reunião para  
ratificação

19/10/17

O Presidente da Câmara,

*Hélder Sousa Silva*

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/14794****ASSUNTO:** Informação de Atos em Período de Gestão - Transportes Escolares

Considerando o período de gestão, nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto;

Considerando que foram praticados atos de gestão corrente e inadiáveis, neste período, pelo Presidente da Câmara e pelo Vice-Presidente (em sua substituição), no uso das competências delegadas pelo órgão executivo colegial;

Considerando que os atos, decisões ou autorizações, instrumentais de atos decisórios, praticados pelo Presidente da Câmara recandidato e vencedor do ato eleitoral, no uso da competência delegada pelo órgão executivo colegial, ficam sujeitos a ratificação do novo órgão executivo, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Educação e Juventude**

Propõe-se que os despachos proferidos pelo Vice-Presidente em substituição do Presidente da Câmara, conforme listagem em anexo, relativos a transportes escolares, sejam ratificados na próxima reunião de Câmara.

À consideração superior.

Mafra, 18 de outubro de 2017.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)



RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EM SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE GESTÃO

Nome do Aluno	Nível de Ensino	Data	Despacho
Catarina Sofia Ricardo Pires	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	11/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Rodrigo Alexandre Simões Marques	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	11/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Lara Sofia Pina Cardoso	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Carolina Inácio Fernandes	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Eduardo Ribeiro Afonso	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Cristina da Silva Cardoso	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Maria Varanda Gomes Ramalho Gibão	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Ricardo da Silva Cardoso	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Jaime Espírito Santo Rodrigues Lourenço	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Beatriz Maria Veríssimo Cardoso	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Gabriela Pereira Cardoso	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Beatriz Guerreiro Correia	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Laura de Oliveira Paulo	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Laura Filipe Franco Henriques	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Salvador Spencer dos Santos	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Larissa Paula de Souza	1.º Ciclo do Ensino Básico	11/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Bárbara Duarte Figueiredo	Jardim de Infância	16/10/2017	Integração em circuito especial ao abrigo do artigo 3.º, ponto 1.2. do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Inês Constança Alves Pimpão	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Madalena de Carvalho Gonçalves	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 25% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, pontos 2.1. e 2.2., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Margarida Mendes Figueiredo Guerreiro	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Bernardo Gameiro Leandro	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 50% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 2.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares

*[Handwritten signature]*

Nome do Aluno	Nível de Ensino	Data	Despacho
Hugo Leandro Sousa Farinha	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 25% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, pontos 2.1. e 2.2., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
André Miguel Rebelo Aurélio	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 50% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 2.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Carolina Alexandra Barros Tente Ribeiro Couto	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 50% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 2.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Maria Catarina da Conceição Barros	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 50% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 2.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Mariana de Almeida Varandas	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 50% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 2.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Daniel José Batista Gonçalves	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 50% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 2.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Eliana Lopes Bernardino	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 25% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, pontos 2.1. e 2.2., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Allan Derik Morais da Silva Costa	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Ana Filipa Marcarenhas Cordova Marcos	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
André Henriques Nascimento	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Elisa Surrécio Querido	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Nicolý Mireli Costa Silva	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Alexandre Gabriel Ferreira Fernandes Lima	Secundário	16/10/2017	Comparticipação de 25% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, pontos 2.1. e 2.2., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Ana Carolina Mateus Farinha Bettencourt	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
António Manuel Shore Loio Guimarães	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Francisco Dias Castanho	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares
Rodrigo José Caseiro Miranda	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	16/10/2017	Comparticipação de 100% do valor do passe, ao abrigo do artigo 2.º, ponto 1.1., do Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o proposto. À  
consideração superior.

06.10.2017

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos  
serviços.

06.10.2017

A Chefe de Divisão

(Dulce Lourenço)

**DESPACHO**

**Aprovo**, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, no sentido de satisfazer os devidos prazos de tramitação da candidatura a fundos comunitários, nos termos conjugados do n.º 2 do art.º 3.º da Lei 47/2005 de 29 de agosto com o n.º 3 do art.º 35 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, **a pronúncia sobre os erros e omissões**, de acordo com análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 6 de outubro de 2017, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

À reunião de Câmara para ratificação.

Paços do Município, 06/10/2017.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/14271**

**ASSUNTO:** "Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuco, Ribeira do Muchalforro e Rio do Sobral" - Pronúncia sobre Lista de Erros e Omissões

Na sequência de Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 22 de setembro do corrente ano, que mereceu a devida ratificação por parte do Órgão Executivo, conforme Deliberação de Câmara, datada de 29 de setembro do presente ano, ao abrigo do disposto do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, despoletou-se procedimento por Concurso Público, nos termos da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada de obras públicas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

referente à execução da **"Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuco, Ribeira do Muchalforro e Rio do Sobral"** cuja publicitação de anúncio em sede de Diário da República Eletrónico ocorreu a 22 de setembro de 2017.

Nos termos do ponto 4 do Programa de Procedimento, até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados poderiam apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identificassem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, sendo que correspondeu o final de tal prazo ao dia 2 de outubro de 2017.

Nos termos do referido despacho delegaram-se, no júri do procedimento, as competências inerentes ao procedimento concursal, à exceção da pronúncia sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

Sendo competência exclusiva do órgão competente para autorizar a despesa a resposta ou pronúncia relativamente a erros e omissões apresentados pelos interessados, submete-se a análise efetuada, pelo júri, aos erros e omissões identificados pelos interessados, no sentido de ser garantida a devida aprovação da referida pronúncia e posterior publicitação em sede de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, notificando-se para o efeito a totalidade dos interessados e retomando-se a contagem do prazo para entrega das propostas.

Junta-se em anexo a ata do júri, datada de 6 de outubro de 2017.

À consideração superior,

O Técnico Superior

(Vasco Mota)



## ATA DE ERROS E OMISSÕES

### Concurso Público para:

***"Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuco, Ribeira do Muchalforro, Rio do Sobral"***

Ao **6.º (sexto) dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete**, na Sala de Reuniões do piso 0 desta Câmara Municipal, pelas onze horas e quinze minutos, reuniu o Júri nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 22 (vinte e dois) de setembro de dois mil e dezassete, que mereceu a ratificação do Órgão Executivo por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 (vinte e nove) de setembro do ano de dois mil e dezassete, constituído pelo Presidente, Alexandre Parracho, Chefe da Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, pela 1.ª Vogal Efetiva, Paula Matos, Técnica Superior, a desempenhar funções na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, e pela 2.ª Vogal Efetiva, Carolina Ganito, Técnica Superior, a desempenhar funções na Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, para proceder à análise da lista de erros e omissões apresentada pela interessada **RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A.**, NIPC 503 505 390, através de submissão na plataforma de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, em 2 (dois) de outubro do ano de dois mil e dezassete, nos termos previstos no ponto 4.4. do Programa do Procedimento e no n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, doravante designado abreviadamente por CCP.-----

### **1 – ERROS E OMISSÕES** -----

Analisada a listas de erros e omissões apresentada pela interessada RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A., NIPC 503 505 390, o Júri, deliberou, por unanimidade, pronunciar-se sobre esta, nos seguintes termos: -----

**a.** Nos artigos referentes à *"Poda de limpeza ou de formação de copa de exemplares arbóreos e arbustivos existentes, remoção de árvores caídas, abate de exemplares mortos doentes ou que se encontrem no leito do curso de água que provoquem obstruções ou em risco as infraestruturas hidráulicas existentes no curso de água (pontes, pontões, açudes)"*, refere a interessada que *"Deverão ser quantificadas as*



*quantidades de exemplares que necessitam de intervenção no âmbito deste trabalho". Ora, considera o Júri, por unanimidade, que, em sede de Memória Descritiva e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos encontra-se contemplada a avaliação do estado fitossanitário, estabilidade mecânica e conformação de todos os exemplares existentes na área a intervencionar, para identificação das intervenções de abate ou valorização do património arbóreo, a qual será feita, caso a caso, no decorrer da empreitada, após aprovação pela fiscalização, de modo a assegurar a preservação das espécies e evitar danos no património arbóreo, e em respeito pelo preconizado no Caderno de Encargos - Especificações Técnicas.-----*

**b.** *Nos artigos referentes à "Modelação, consolidação e recuperação de margens incluindo os trabalhos de perfilamento ou reperfilamento pontual de margens, reforço de taludes com material de enrocamento e revestimento vegetal dos taludes em troços de linhas de água a reperfilar de acordo com o definido no Caderno de Encargos", refere a interessada que "Deverão ser definidas e devidamente discriminadas as técnicas preconizadas para cada troço". O Júri considera, por unanimidade, que todas as técnicas e metodologias a adotar se encontram devidamente definidas devendo cada intervenção ser avaliada caso a caso após remoção das espécies invasoras, como preconizado em sede das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos. -----*

**c.** *Foi acrescentado pela interessada que os "Trabalhos necessários à manutenção em funcionamento dos sistemas de drenagem, esgotos e infraestruturas de apoio à agricultura, condutas ou estruturas semelhantes e enterradas durante o período de execução da empreitada". Também aqui o Júri, por unanimidade, entende que a execução do pretendido decorre da boa execução dos trabalhos previstos para esta empreitada, devendo o valor para estas manutenções estar contemplado no valor global da proposta diluído nos vários capítulos da lista de preços unitários. Acresce ainda que o procedimento e obrigações do empreiteiro para esta tipologia de trabalhos está previsto nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos. -----*

**d.** *Foi acrescentado pela interessada que os "Trabalhos de manutenção durante o período de garantia da empreitada, incluindo aplicação anual de herbicida, conforme indicação do C.E.". Ora, dever-se-á ter em conta que este tipo de trabalhos se encontra englobado pelo previsto no articulado para a remoção, eliminação e*



erradicação de espécies invasoras e alóctones, incluindo remoção e encaminhamento dos diferentes tipos de resíduos resultantes das operações de limpeza e desmatção dos locais de origem para vazadouro de acordo com o Caderno de Encargos. Durante o prazo de garantia de dois anos estão contemplados todos os trabalhos conducentes à erradicação total da espécie invasora, no mínimo deverá ser prevista uma aplicação anual de herbicida considerando que a erradicação da espécie invasora foi executada e apenas carece de manutenção pontual. Estes custos deverão estar contemplados no valor da proposta para erradicação de espécies invasoras. -----

**e.** Refere ainda a interessada que o *"Período de execução da empreitada, poderá não ser conjugável com as diferentes épocas definidas em C.E. para a realização das tarefas constantes do Mapa de Quantidades"*, uma vez que *"Dadas as referências não coincidentes enunciadas no caderno de encargos, considera-se que será necessário conhecer de forma mais detalhada o pretendido pela CMM para que possa ser considerado na proposta"*. Portanto, considera a interessada um período de execução de 80 dias para cada lote, contrariamente ao definido nas Peças de Concurso, designadamente na cláusula 9.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos, que prevê os seguintes prazos máximos de execução: de 60 (sessenta) dias para o lote 1, de 40 (quarenta) dias para o lote 2, de 90 (noventa) dias para o lote 3, de 30 (trinta) dias para o lote 4 e de 80 (oitenta) dias para o lote 5. Deste modo, o Júri, por unanimidade, considera que todas as épocas definidas nos documentos do concurso são épocas preferenciais e não limitadoras à execução das intervenções, tendo sido respeitadas as épocas de reprodução da avifauna e de plantação de material vegetal. Salienta-se, ainda, que todas as intervenções estão devidamente licenciadas junto das entidades com competência nas várias matérias abordadas. -----

Assim, e analisada a lista os erros e omissões identificados pela interessada **RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A.**, NIPC 503 505 390, o Júri deliberou, por unanimidade, rejeitar o teor da mesma, mantendo-se as quantidades iniciais. -----

## **2 – PROPOSTA DE DECISÃO -----**

Face ao exposto, **o Júri deliberou, por unanimidade, propor ao órgão competente para a decisão de contratar, a rejeição da única lista de erros e omissões apresentada pela interessada RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO**





**AMBIENTE, S.A., NIPC 503 505 390, atento o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do CCP. -----**

**3 – SUSPENSÃO DO PRAZO -----**

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 61.º do CCP, a apresentação da lista de erros e omissões, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas, desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo, até à publicitação da decisão sobre a lista de erros e omissões, **o Júri deliberou, ainda, por unanimidade, propor ao órgão competente para a decisão de contratar, que após cumpridas as referidas formalidades, o prazo para a apresentação das propostas retome a sua contagem. -----**

**4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Júri deu por encerrada a reunião, quando eram doze horas e dez minutos, tendo sido lavrada a presente ata que por todos vai ser lida e assinada. -----

**O Presidente do Júri,**

06/10/2017

X

Alexandre Parracho

Chefe da Divisão de Ambiente, Espaços Urban...

Assinado por: ALEXANDRE JORGE E CRUZ TAVARES SARAIVA PARRACHO

**1.ª Vogal Efetiva**

06/10/2017

X

Paula Matos

Técnico Superior

Assinado por: PAULA CRISTINA RODRIGUES DE MATOS

**2.ª Vogal Efetiva**

06/10/2017

X

Carolina Ganito

Técnica Superior

Assinado por: CAROLINA ISABEL FERREIRA GANITO